



***PIERRE BOURDIEU E A QUESTÃO DE GÊNERO A PARTIR DA OBRA A
DOMINAÇÃO MASCULINA***

***PIERRE BOURDIEU Y LA CUESTIÓN DE GÉNERO DESDE LA
DOMINACIÓN MASCULINA DEL TRABAJO***

***PIERRE BOURDIEU AND THE QUESTION OF GENDER FROM THE WORK
MALE DOMINATION***

Valéria Soares de Lima¹

Josiane Peres Gonçalves²

Elaine Ferreira de Oliveira³

Gislene Lisboa de Oliveira⁴

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma breve discussão acerca dos aspectos conceituais e históricos, relacionados aos estudos de gênero, entre eles, a concepção feminista reforçada pela percepção de Pierre Bourdieu em “A Dominação Masculina” sobre como a estrutura social estabelecida influencia nos discursos consensuados de dominação por meio da violência simbólica e do habitus sexuado. Uma pesquisa científica de revisão bibliográfica, que discute na concepção de Bourdieu, como o “sistema simbólico”, por intermédio da comunicação, pode reforçar a reprodução das diferenças sexuais, baseada nas distinções biológicas e anatômicas femininas e masculinas em uma cultura androcêntrica, e como as ações políticas entre os entes sociais (escola, família e igreja) podem reduzir o processo de dominação e distinção sexual estabelecendo um novo parâmetro para os estudos sobre gênero na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Violência simbólica. Habitus. Dominação.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar una breve discusión sobre los aspectos conceptuales e históricos relacionados con los estudios de género, entre ellos, la concepción feminista reforzada por la percepción de Pierre Bourdieu en “Dominación

¹ Doutora. Universidade Estadual de Goiás- CEAR, Anápolis- Goiás, Brasil.

² Doutora. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal, Naviraí, Mato Grosso do Sul, Brasil.

³ Mestre. Universidade Estadual de Goiás- CEAR e Faculdade FAMA, Anápolis- Goiás, Brasil.

⁴ Doutora. Universidade Estadual de Goiás- CEAR, Anápolis- Goiás, Brasil.

masculina” sobre cómo la estructura social establecida influye en los discursos sobre las formas consensuales de dominación a través de medios simbólicos. violencia y hábito sexual. Una investigación de revisión bibliográfica científica, que analiza en la concepción de Bourdieu, cómo el “sistema simbólico”, a través de la comunicación, puede reforzar la reproducción de las diferencias sexuales, basadas en distinciones biológicas y anatómicas femeninas y masculinas en una cultura androcéntrica, y cómo las acciones políticas entre entidades sociales (escuela, familia y iglesia) puede reducir el proceso de dominación y distinción sexual, estableciendo un nuevo parámetro para los estudios sobre género en la época contemporánea.

PALABRAS-CLAVE: Género. Violencia simbólica. Hábito. Dominación.

ABSTRACT

The present article has for objective to present an abbreviation discussion on the conceptual and historical aspects, related to the studies on gender, among them, the feminist conception reinforced by Pierre Bourdieu perception in the “A Dominação Masculina” on as the established social structure it influences in the speeches dominance consensuados through the symbolic violence and of the habitus sexed. A scientific bibliographical review research, which discusses in Bourdieu's conception, as the “symbolic system” through the communication can reinforce the reproduction of the sexual differences, based on the feminine and masculine biological and anatomical distinctions in a culture androcêntrica, and as the actions you politicize among the social (school, family and church) beings can reduce the dominance process and sexual distinction establishing a new parameter for the studies on gender in the contemporaneity.

Keywords: Gender. The symbolic violence. Habitus. Domination.

* * *

Convocar as mulheres a se comprometerem com uma ação política que rompe com a tentação da revolta introvertida de pequenos grupos de solidariedade e ajuda mútua, por mais necessários que estes sejam nas vicissitudes da vida diária, na casa, na fábrica, ou no escritório, não é, como se poderia crer, e temer, convidá-las a aliar-se sem luta às formas e às normas ordinárias da luta política, com o risco de se verem atreladas ou engolfadas em movimentos estranhos a suas preocupações e a seus interesses específicos.

Pierre Bourdieu

Introdução

Na contemporaneidade, fala-se muito sobre a inserção das mulheres em diversos contextos sociais, dentre eles, o mundo do trabalho e educação. Discute-se sobre as diferenças salariais entre homens e mulheres, a manifestação e a liberdade sexual, casais homoafetivos, cirurgia de redesignação sexual e outras especificidades que fazem parte da diversidade humana. Mas em todas as discussões, em que têm-se como parâmetro as diferenças, o preconceito, os direitos sociais, a diversidade, a orientação sexual, a sexualidade, no qual se coloca homens e mulheres, como o centro

desta demanda, está implícita a questão de gênero que vêm sendo discutida, nos contextos acadêmicos, principalmente nas pós-graduações e em alguns movimentos como: o Feminista e o grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT).

Os debates suscitados por diversos autores, quanto a questão de gênero (Guacira Louro; Jane Felipe; Silvana Goellner, 2013; Pierre Bourdieu, 2012; Joan Scott, 1995; Beatriz Lins; Bernardo Machado; Michelle Escoura, 2016; Rafael Severo, 2013 entre outros), convergentes ou não, suscita a necessidade de continuar a se investigar os diferentes pontos de vista conceituais, históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos que abarcam o assunto, para elucidar algumas dúvidas e também verificar quais conhecimentos, perspectivas e elementos que foram considerados no trato em relação à temática.

Esta necessidade imanente de esclarecer em que se fundamenta a questão de gênero traduz-se nas diversas manifestações comportamentais, predominantemente as sexuais, que produz no interior da sociedade uma inquietação em tentar explicar o porquê “disso” ou “daquilo” e quais comportamentos podem ser considerados como normais ou não, em determinados contextos sociais.

As questões de gênero, ao longo da história humana, têm sido explicadas pelas concepções positivistas e biológicas que pautam suas análises no binômio homem/mulher e nas determinações sexuais (fisiológicas e anatômicas) que definem os gêneros. Mas tal explicação vai à contramão das ideias feministas evocadas nas décadas de 60-70 do século XX, pois entendem que o termo não deve servir de parâmetro para perpetuar as discriminações contra as mulheres e outros grupos que também buscam firmar suas identidades (lésbicas, homossexuais, travestis, entre outros), observando as diferenças existentes. Estes grupos entendem que gênero é uma construção social e histórica e não um conceito biológico que determina a feminilidade e a masculinidade.

Dessa forma, neste trabalho busca-se fazer uma pesquisa bibliográfica no campo conceitual a partir da obra “A Dominação Masculina” de Pierre Bourdieu (2012), cujo objetivo do estudo é compreender as questões de gênero segundo a perspectiva de Bourdieu, no âmbito da dominação masculina, com respaldo em outros autores, refazendo o percurso conceitual e histórico sobre a temática estudada.

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho pauta-se em uma produção acadêmica bibliográfica, que segundo Vera Boccato (2006, p. 266), “busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas”. A pesquisa bibliográfica exige uma investigação minuciosa quanto a temática discutida e pesquisada. Para Cleber Prodanov e Ernani Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica,

[...] quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente. (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

De acordo com Boccato (2006) e Prodanov e Freitas (2013), para que a pesquisa seja confiável ao utilizar-se de levantamentos bibliográficos, o pesquisador deve verificar a veracidade dos dados obtidos, principalmente se estas informações forem recolhidas em sítios da *internet*, mesmo em publicações editoradas. Por isso, este trabalho foi estruturado a partir de livros, especialmente da obra “A Dominação Masculina” de Pierre Bourdieu (2012), e artigos científicos que tratam sobre o assunto, por se entender que tais fontes podem ser consideradas seguras e com uma fundamentação teórica sólida.

Gênero: Percepções Conceituais e Históricas

A questão relacionada a gênero tem sido tema de múltiplas percepções por se tratar de um assunto que ultimamente vem sendo discutido em diversos contextos sociais. Por conseguinte, é comum haver pesquisas relacionadas à gênero e educação, o papel da mulher no mercado de trabalho, as diferenças salariais no exercício da mesma profissão entre homens e mulheres, a existência de homens como docentes na educação infantil, entre outras. Estas pesquisas destacam uma concepção de gênero que vai além do seu significado linguístico/gramatical, principalmente a partir do movimento feminista.

Usualmente, a concepção de gênero tem se pautado no binarismo homem/mulher, relacionada ao sexo biológico que ambos possuem ao nascerem.

“Assim, saco escrotal e pênis definem o gênero masculino e a vagina define o gênero feminino” (Severo, 2013, p. 61). Esta perspectiva, baseada nos órgãos genitais dos sujeitos, respalda-se em uma concepção biológica e positivista, que serviu de base para acirrar o debate entre algumas feministas sobre a “ideologia sexual”, em que se discute a hierarquização dos homens e os papéis destinados à mulher (Alicia Puleo, 2004).

Guacira Louro, Jane Felipe e Silvana Goellner (2013, p. 25), sem a pretensão de negar os aspectos físicos e anatômicos, enfatizam que o conceito de gênero deve ir além das aparências visuais, uma vez que deve ser considerado como “constituente da identidade dos sujeitos [...], portanto, algo que transcende o mero desempenho de papéis”.

Para Joan Scott (1995), o termo gênero vem da palavra *gender* em sua concepção original e é utilizado para se referir ao sexo masculino e feminino. Após a incurssão feminista americana para desdobrar seu conceito, a palavra ganha uma conotação “social rejeitando o determinismo biológico implícito no uso dos termos como sexo ou diferença sexual” (p. 72).

Outrossim, Ricardo Henriques (2007) concorda que as questões de gênero estão relacionadas aos fatores socioculturais, ao afirmar que o conceito de gênero.

[...] remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais e simbólicas que envolvem processos de configuração de identidades, definições de papéis e funções sociais, construções e desconstruções de representações e imagens, diferentes distribuições de recursos e de poder e estabelecimento e alteração de hierarquias entre os que são socialmente definidos como homens e mulheres e o que é – e o que não é – considerado de homem ou de mulher, nas diferentes sociedades e ao longo do tempo (Henriques, 2007, p. 16).

Esta compreensão prioriza a diversidade e a pluralidade humana e retrata a dimensão social e histórica de gênero, ao considerar que o que diferencia homem e mulher vai além de suas características morfofuncionais e tem sido objeto recorrentes de vários debates. As separações entre os masculino e o feminino têm servido sobretudo: para evidenciar as “distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos ‘próprios’ de cada gênero”. (Louro; Felipe; Goellner, 2013, p. 45).

Com base nessa premissa, Bourdieu (2012) compreende que existe a influência da sociedade patriarcal, com suas ordens de dominação estabelecidas, a qual contribui

para tornar natural o que é inaceitável. Tal fato ocorre por meio da violência simbólica/linguística, em que:

[...] a oposição entre os sexos se inscreve na série de oposições mítico-rituais: alto/baixo, em cima/embaixo, seco/úmido, quente/frio (do homem desejanse se diz: "seu *kanoun* está vermelho", "sua panela está pegando fogo", "seu tambor está quente"; das mulheres se diz que elas têm a capacidade de "apagar o fogo" "refrescar", "dar de beber"), ativo/passivo, móvel/imóvel (o ato sexual é comparado à mó do moinho, com sua parte superior, móvel, e sua parte inferior, imóvel, fixada à terra, ou à relação entre a vassoura, que vai e vem, e a casa). Resulta daí que a posição considerada normal é, logicamente, aquela em que o homem "fica por cima" (Bourdieu, 2012, p. 27).

Esta oposição binária, construída a partir dos discursos estruturados que assentam e servem de polarização entre homens e mulheres, baseados em concepções essencialistas, crenças cristalizadas, naturalizadoras das diferenças e desigualdades produzidas, dificulta o entendimento de que as posturas simplistas e acríicas, quanto as questões que envolvem gênero, macho e fêmea, devem ser repensadas a partir de uma perspectiva emancipadora e possam ser discutidos a partir de uma perspectiva de "valorização da igualdade de gênero e de promoção de uma cultura de respeito e reconhecimento da diversidade sexual [...] e a problematizar lógicas reprodutoras de desigualdades e opressão (Henriques, 2007, p. 11).

As discussões em torno do termo gênero, que principiou um debate sobre as posições ocupadas pelos homens e, especialmente, pelas mulheres em âmbito "privado" e "público", [...] historicamente pauta-se na filosofia, nos mitos, religiões e ciências, em que os homens como o Outro se valem das fraquezas femininas, dos seus atributos (tanto físico quanto psicológico), da sua falta de percepção sobre si mesma para se impor como Absoluto. Um exemplo de tal contrassenso, entre outros, encontra-se nos discursos de Aristóteles e São Tomás de Aquino, quando descrevem que,

[...] a fêmea é fêmea em virtude de certa *carência* de qualidades", diz Aristóteles. "Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural". E Sto. Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um homem incompleto, um ser "ocasional". (Simone Beauvoir, 1970, p. 10).

Tais construções e pontos de vista, ao longo da história da humanidade, foram sendo reforçadas pelo patriarcado e por uma cultura androcêntrica que destaca a pouca importância dada a mulher, com exceção, de Esparta e o Egito, local em que gozavam de plena liberdade, inclusive, a sexual (Beauvoir, 1970). Somente a partir de uma

reestruturação teórica crítica e política, mediante visita aos textos dos discursos filosóficos, pelas feministas na década de 60-70, foi que se descobriu conceitualmente e historicamente como a misoginia era velada e fazia parte da violência simbólica, estruturada em diversos contextos sociais pelos homens e reforçadas pelas instâncias sociais, estado, igreja e família (Puleo, 2004; Bourdieu, 2012).

No entanto, esta discussão só se torna concisa a partir de 1968, sobretudo em 1970, com o movimento feminista (Lins; Machado; Escoura, 2016). Os debates em torno das diferenças designadamente sobre gênero e suas consequências para as mulheres, trouxeram para o cenário feminista muitas inquietações. Consequentemente, tais debates resultaram em diversas construções teóricas que elevaram as discussões não somente para questões voltadas para gênero, mas também para o racismo e outros elementos constituintes do ser humano, como: lesbianismo, homossexualidade, transexualidade, pansexualidade, dentre outras (Louro; Felipe; Goellner, 2013).

A partir do movimento feminista predominante, no período de 1968-1970, tenta-se escrever uma nova história da mulher. Cabe salientar que esse foi um momento importante do movimento feminista, ou dos movimentos feministas, visto que em décadas anteriores já havia ocorrido outros debates inerentes ao gênero feminino, as datas devem ser compreendidas de forma plural, pois em cada país o movimento ganha força em épocas e contextos diferentes, como pode ser observado no Quadro 1:

QUADRO 1: As quatro “ondas” dos movimentos feministas.

Movimento	Características
Primeira onda – 1850 - 1940	Caracteriza-se pela luta do direito ao voto – sufragistas.
Segunda onda – 1960 – 1970	Incitava a participação política e social das mulheres, além do direito ao voto, solicitavam o direito aos estudos e civis.
Terceira onda – 1990 – 2019	Discutia o papel social da mulher e sua participação nos debates sobre as diferenças e assuntos como: gays, lésbicas e transgênero.
Quarta onda – 2020	Ampliação dos debates sobre gênero e identidade, direitos humanos. A terceira e a quarta onda se convergem, pois a quarta onda, ainda abarca em sua base as discussão, quanto as questões realcionadas as diferenças.

Fonte: Autoras (2020). Elaborada a partir da dissertação de mestrado de Lima (2017).

Mesmo em meio a todas as conquistas com os movimentos, os estudos e as composições teóricas, tais demandas apresentavam pouca expressividade, mesmo por parte dos(as) teóricos(as) feministas. Isto ocorria porque eles(as) tentavam estabelecer uma conexão entre classe, raça e gênero de forma generalizada e seus estudos se

tornaram superficiais, pois estavam mais preocupados(as) com a descrição do que com a teoria. Não consideravam a continuidade e a descontinuidade dos processos históricos envolvendo a mulher e, dessa forma, discussão sobre gênero até os anos de 1980 eram puramente descritivas e sem causalidade (Scott, 1995).

Somente no século XX, entre 1950 a 2000, segundo Beauvoir (1970) e Scott (1995), é que se construiu uma categoria analítica de estudos sobre gênero. Entre o século XVIII e XX, o que se propôs foram apenas analogias fundamentadas na distinção entre masculino e feminino, outras só dentro de uma concepção feminina e, outras relacionadas à questão da identidade sexual. “Mas, o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais não tinham aparecido” (Scott, 1995, p. 85) ou como uma forma de dominação simbólica estruturada pelas estruturas sociais. Diante das inconsistências teóricas as feministas contemporâneas, houve a necessidade de tentar ressignificar e “articular a palavra gênero como uma categoria analítica” (Scott, 1995, p. 85) para além do determinismo biológico e para isso, tem procurado se aliar a outros pesquisadores para recompor o que foi pensado e construído teoricamente e historicamente até os dias atuais (Bourdieu, 2012).

Tais discussões, segundo Scott (1995), têm transportado para uma nova percepção social do que seja gênero, distinguindo as determinações biológicas e anatômicas das construções subjetivas construídas culturalmente e historicamente sobre o conceito de gênero pautado nas noções de “masculino” e “feminino”. Nesse cenário, o movimento feminista, em uma perspectiva crítica, na atualidade, deve reivindicar uma revolução simbólica baseada na “ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes” (Bourdieu, 2012, p. 54), por meio de uma ação política que discuta as consequências de dominação impostas pelas estruturas incorporadas por meio das grandes instituições; estado e escola, subvertendo a relação de dominação.

Gênero na Concepção de Bourdieu

As questões alusivas a gênero é uma demanda recorrente e vêm cercada de significados construídos e constituídos pelo próprio ser humano em sua trajetória social e histórica a partir de uma visão sexuada da ordem estabelecida e da divisão sexual do trabalho. Nesse contexto, as mulheres não tinham vida pública na sociedade e a elas foram destinadas determinadas atividades de cunho doméstico, como cuidar dos filhos, marido e da família, tornando-a uma “coluna” em que se edifica e mantém as relações

menos conflituosas genealógicas. Tal socialização e divisão sexual do trabalho trouxe para o espaço público a mesma ideia partilhada no âmbito privado, a de “cuidadora”, acolhedora e dócil, “intensificando sua participação nas profissões mais próximas da definição tradicional de atividades femininas (ensino, assistência social, atividades paramédicas)”. (Bourdieu, 2012, p. 108).

Portanto, a análise elaborada por Pierre Bourdieu, encontrada particularmente, na sua obra “A Dominação Masculina” permitirá entender como os discursos entre “dominantes e dominados” (violência simbólica) serviram de parâmetro para a conservação das desigualdades entre homens e mulheres, pautados em suas estruturas físicas e anatômicas. Também é possível entender que o *habitus*, entendido como interiorização da exteriorização e exteriorização da interiorização por parte do sujeito, garantiu esta dominação por meio das representações subjetivas reforçadas nos comportamentos, na comunicação, nos costumes e nas normas sociais impostas pelos sistemas.

Alguns conceitos em Bourdieu

Pierre Bourdieu é considerado um dos grandes nomes da sociologia atual. Destaca-se por explicar as diversidades existentes entre as distintas correntes sociológicas e por isso construiu um importante referencial no campo das ciências humanas. Sua produção acadêmica se desdobra em diversos objetos de estudos, entre eles, a questão relacionada a gênero. No prefácio da obra *Dominação Masculina* de Bourdieu (2012, p. 6), o autor ressalta ter que “reforçar e corrigir as análises” por ele realizada, anteriormente, sobre o assunto, diante das mudanças “(constatadas ou desejadas)” da ordem sexual. Esta obra é resultado das observações e relatos da sociedade Cabila⁵, na década de 1960, em que pesquisou como se dá as relações entre os sexos em uma sociedade androcêntrica, que em particular “fornece instrumentos que permitem compreender alguns dos aspectos melhor dissimulados daquilo que são essas relações nas sociedades contemporâneas mais avançadas economicamente” (Bourdieu, 2012, p. 6). Apresenta em sua apreciação como as estruturas históricas são motivadores do que ele chamou de “des-historicização” e manutenção da divisão sexual.

Dessa forma, como o tema relacionado a gênero se constitui como um campo

⁵ Novo berbere, islâmico, agricultor da região costeira montanhosa a leste da Argélia, que inclui tipos louros e morenos, que agora, em sua maioria, falam árabe. (DICCIONARIO ONLINE PORTUGUÊS, 2019). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cabila/> acesso em: 01 dez. 2019.

especialmente delicado, interessante e intrigante, para diversos autores, as percepções quanto a gênero em Bourdieu deve ser entendida despretensiosamente de outros vieses teóricos. Por isso, antes de iniciar qualquer incursão teórica sobre a questão o esclarecimento de alguns conceitos recorrentes utilizados por Bourdieu, em sua obra “A Dominação Masculina”, devem ser explicitados para que a leitura seja significativa e compreensiva e a reflexão e o desdobramento sobre assunto possa fluir sem que quaisquer confusão conceitual justifique as percepções divergentes e suscite interpretações errôneas acerca do assunto.

Isto posto, destaca-se que Pierre Bourdieu, ao tratar dessa demanda explica, logo de início, vê na dominação masculina uma “violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação” (Bourdieu, 2012, p. 7). Em sua outra obra, em parceria com Passeron, intitulada “A reprodução” (1977), os autores retratam como um trabalho pedagógico é extremamente bem elaborado a partir da autoridade pedagógica estabelecida entre os grupos sociais, por meio dos símbolos e códigos estabelecidos pela comunicação e velado nas práticas de vários agentes e instituições que “produz a interiorização dos princípios de um ‘arbitrário cultural’ – conceito cultural das classes, imposta a sociedade por meio do sistema de ensino – dominantes sob a forma de um *habitus* durável e transferível” (Bourdieu; Passeron, 1992, p. 47).

A violência simbólica, retratada por Bourdieu, é fruto da incorporação, inculcação fornecida pela educação, formal e informal, dada as mulheres, em que estas têm como referência para a supremacia masculina as “atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte”. Destacadamente, estas assimilações se estabelecem por meio das relações de poder constituídas pela “representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social” produzida historicamente pela sociedade, na *dóxic*a (crença) que fortalece a violência simbólica estruturadas nos discursos históricos e partilhada entre os agentes envolvidos (Bourdieu, 2012, p. 45).

Outro aspecto citado por Bourdieu, em “A Dominação Masculina” é a (re)produção do conceito de gênero a partir da concepção do que ele chamou de “*habitus* sexuado”, em que o *habitus* é considerado como um “sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (Bourdieu, 1983

apud Maria Setton, 2002, p. 62). Isto é, o *habitus sexuado* se constitui a partir das “aparências biológicas e da biologização do social, exercidos sobre os corpos e as mentes” (Bourdieu, 2012, p. 9) impressas no corpo que naturaliza o gênero sem levar em consideração as diferenças construídas socialmente e historicamente. Um trabalho histórico de des-historicização, baseada em divisões de gênero, fruto de uma educação fundamentada nas diferenças praticadas por diversas instituições como a escola, estado, família, igreja, entre outras.

Este *habitus sexuado* traduz-se em um processo de dominação denominado de *hêxis corporal*, em que existe ao “mesmo tempo, a conformação propriamente física de, corpo (o físico) e a maneira de se servir dele, a postura, a atitude, ao que se crê expressa o ser profundo a natureza da pessoa” (Bourdieu, 2012, p. 81). Evidencia-se assim que a lógica para a mulher como objeto simbólico é ser ‘feminina’ – doce, meiga, sorridente, recatada, e ‘em forma’, quanto aos homens, que sejam viris, protetores e eretos. Desse modo, o corpo como uma produção social e cultural é determinado pelos “esquemas de percepções” são produtos e reflexos das “incorporações das estruturas sociais”. Isto é, reproduz nos gestos, na maneira de agir, no cuidado ou não com o próprio corpo, o que é destinado para ambos os sexos, determinado, inclusive pela posição social ocupada pelos agentes em interação.

Pierre Bourdieu e relações de gênero

Pierre Bourdieu inicia sua escrita em “A Dominação Masculina” a partir da seguinte afirmativa:

[...] sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (Bourdieu, 2012, p. 7-8).

Esta percepção do autor evidencia que a violência simbólica, tal qual especifica em sua obra “O Poder Simbólico” (2007), possui uma dimensão integradora do sistema social por meio do que se estabelece enquanto norma. Por isso,

Os “sistemas simbólicos” como instrumento de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são

estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, uma “concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”. (Bourdieu, 2007, p. 9, grifo do autor).

Dessa forma, compreende-se que as violências simbólicas exercidas nas relações sociais, dentre elas, a de gênero, são investidas de discursos aparentemente corretos, estabelecendo uma coerência no processo de dominação porque é “reconhecida tanto pelo dominante como pelo dominado” (Bourdieu, 2012, p. 9) como um produto e processo social e natural. Fundamenta-se nos sistemas simbólicos (arte, religião, língua) e servem como ferramenta para perpetuar e legitimar a dominação de um determinado grupo social sobre o outro, neste caso, do homem sobre a mulher, em que o instrumento mais utilizado é a linguagem, *locus* de produção dos discursos consensuados. Na ação comunicativa os agentes se envolvem e se deixam envolver pelas percepções sociais construídas dentro de modelos estabelecidos, reproduzidos e aceitos.

Na base de sua obra “A Dominação Masculina”, e em sua análise sobre gênero, Bourdieu (2012) aponta que é nas diferenças biológicas entre sexos que se produz a desigualdade de gênero, inclusive na divisão social do trabalho, ou seja, o que é instituído socialmente para o sexo masculino e o que é destinado à mulher devem ser pautados em suas características físicas e anatômicas e nas suas habilidades identificadas por meio de uma construção cultural, em que para o homem têm-se uma concepção de viril, forte e provedor e para a mulher predomina a concepção de mãe, reprodutora, do lar responsável pela dinâmica familiar.

Assim, a definição social dos órgãos sexuais, longe de ser um simples registro de propriedades naturais, diretamente expostas à percepção, é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças. Longe de desempenhar o papel fundante que lhes é atribuído, as diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculino e feminino são uma construção social que encontra seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica, ela própria fundamentada na divisão dos estatutos sociais atribuídos ao homem e à mulher (Bourdieu, 2012, p. 23-24).

De acordo com esta visão o “princípio masculino” é o que predomina, em que se coloca o homem e a mulher em perspectivas diferentes (superior e inferior) em função de suas fisiologias. Na justificativa de tal argumento, Bourdieu acrescenta que até a renascença não havia uma,

[...] terminologia anatômica para descrever em detalhes o sexo da mulher, que é representado como composto dos mesmos órgãos que o do homem, apenas dispostos de maneira diversa. Por isso, como demonstra Yvonne Knibiehler, os anatomistas de princípios do século XIX (sobretudo Virey), ampliando o discurso dos moralistas, tentam encontrar no corpo da mulher a justificativa do estatuto social que lhes é imposto, apelando para oposições tradicionais entre o interior e o exterior, a sensibilidade e a razão, a passividade e a atividade. (Bourdieu, 2012, p. 24).

Nesta lógica, a identidade social da mulher e do homem é uma expectativa social construída a partir daquilo que se espera ver nas diferentes categorias de sexo desenvolvidas. Para Heleieth Saffioti (2001, p. 8), “A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem”. A preparação e orientação, por exemplo, dos filhos, para o mundo, compõe tarefa, tradicionalmente conferida às mulheres. Estes campos próprios, designados para mulheres, a coloca em uma posição de subordinação de acordo com a “propaganda patriarcal”, em que como “corpo doméstico”, suas funções delimitam-se aos cuidados e administração do lar, enquanto os homens buscam na vida econômica, política e intelectual sua ascensão social que os instrumentalizam como “sexo” superior (Reed, 2008, p. 34).

Esta distância que foi e é estabelecida entre a construção social da corporeidade masculina e feminina, sobretudo dos órgãos sexuais, por meio dos discursos estruturados acabou por produzir uma compreensão androcêntrica da sexualidade feminina. Não é falta do pênis (falo), segundo a concepção psicanalítica, que torna a mulher menos mulher ou sujeito da sua própria construção histórica e social, mas os discursos segundo a “divisão de gênero relacionais” que envolve masculino e feminino e a virilidade do homem por meio do falo, visto que “A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada” (Bourdieu, 2012, p. 33).

Tal inferência ou inculcação de que é a virilidade masculina que lhe dá o direito de se manter em uma posição superior é o resultado de uma “construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática que é necessário à sua produção como corpo socialmente diferenciado do gênero oposto”. Tal constituição foi estabelecida culturalmente como *habitus viril* e, deste modo “não feminino, ou feminino, e, portanto, não masculino” (Bourdieu, 2012, p. 34, grifo do autor). A partir do *habitus* sexuado é que a mulher se

torna “o *Outro*”, visto que:

[...] o corpo do homem tem um sentido em si, abstração feita do da mulher, ao passo que este parece destituído de significação se não se evoca o macho... O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem". Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o "sexo" para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial (Beauvoir, 1970, p. 10).

Dessa forma, as divisões sociais, precisamente as de “dominação e exploração” foram estabelecidas para diferenciar os gêneros e se registraram em duas classes de *habitus* díspares, sob a forma de “*hexis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino” (Bourdieu, 2012, p. 41). Ao homem é destinada uma função de responsabilidade, luta pela vida, pela preservação da espécie e a mulher outras que lhe são peculiares a sua insignificância, ou fragilidade. O que para Saffioti (2001, p. 11) reforça por meio dos “processos socioculturais a discriminação contra a mulher e outras categorias sociais e constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a ‘superioridade’ dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos”.

Por meio das expectativas subjetivas que são impostas as mulheres, as perspectivas coletivas, positivas ou negativas, se registram nos corpos na forma de “disposições permanentes”. Deste modo,

[...] segundo a lei universal de ajustamento das esperanças às oportunidades, das aspirações às possibilidades, a experiência prolongada e invisivelmente mutilada de um mundo sexuado de cima a baixo tende a fazer desaparecer, desencorajando-a, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados das mulheres – mesmo sem estes lhes serem recusados. (Bourdieu, 2012, p. 77).

Esta dominação simbólica acontece também pela inscrição nos corpos, pois o corpo é um local de registro de determinadas ações, reflexo do que foi inculcado e incorporado ao longo do processo de convencimento que se dá pela comunicação, e expressos nas emoções corporais como: “vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa – ou de paixões e de sentimentos – amor, admiração, respeito, o enrubescer” (Bourdieu, 2012, p. 51) entre outras. Nesse contexto, o dominado se encontra em situação de conflito, mas ao mesmo tempo dependente e, mesmo contra sua vontade,

acaba por obedecer a uma ordem social estabelecida. O autor acrescenta que todo o processo de dominação e distinção de gênero foi reforçado socialmente, sobre *estruturas inconscientes*, e repousa em três instâncias primárias: família, igreja e escola. Dentre elas,

É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. (Bourdieu, 2012, p. 103).

Esta distinção, inclusive, se expande também para o campo da escolarização/educação e desdobra na escolha das ocupações, em que para as mulheres são destinadas algumas profissões, “ocupações sociais”, muitas vezes pautadas na vocação ou aquelas em que são invocadas as particularidades femininas da profissão, estabelecendo uma “seleção diferencial”, em que está em jogo o “valor relativo do capital linguístico, ligado a uma ordem social e o grau de seleção” (Bourdieu, 1992, p. 89). Independentemente, do capital cultural/linguístico ou classe social, “estabelece que as profissões ditas qualificadas caibam sobretudo aos homens, ao passo que os trabalhos atribuídos às mulheres sejam ‘sem qualificação’” (Bourdieu, 2012, p. 75). Isto é, sob certos aspectos, qualquer profissão exercida pelo homem é de qualidade.

No entanto, em meio a todo o processo de dominação por diferentes vias, existem os fatores de mudanças em relação à distinção de gênero que se estrutura, inicialmente, por meio do movimento feminista e na revolução social, com a “transformação na estrutura familiar – “como as famílias compostas e o acesso à visibilidade pública de novos modelos de sexualidade (sobretudo os homossexuais)” (Bourdieu, 2012, p. 107). Estes novos parâmetros contribuem para “quebrar a *dóxa*” e aumentar as possibilidades em relação à sexualidade, inclusive, com “o aumento do acesso das mulheres à instrução e, correlativamente, à independência econômica e à transformação das estruturas familiares (em consequência, sobretudo, da elevação nos índices de divórcios)” (p. 109).

Outra via de conservação das diferenças entre gêneros são os bens simbólicos, em que o casamento se torna a “peça central”. Via de regra, é por meio do matrimônio que se expande o universo familiar e, conseqüentemente, surgem novos herdeiros que podem perpetuar a dominação, bem como a manutenção de uma determinada estrutura, mesmo que invisível (Bourdieu, 2012). Por fim, o autor faz uma análise do amor e como este também serve de dominação, mesmo que os sexos, os opostos, os iguais se deixem

dominar. Há uma concordância entre os “amantes” de dominar e ser dominado em função dos sentimentos suscitados nas relações amorosas.

Considerações Finais

Ao considerar que a questão de gênero é uma discussão antropológica e que passa por diversas *doxas*, especialmente, a de que o universo masculino, foi estruturado em um contexto bem mais significativo, atraente e expressivo do que o das mulheres, e que a superioridade do homem é baseada em seu (falo) ou na ausência de pênis na mulher, têm-se a impressão que o universo feminino ocupou uma posição secundária ao longo da história, pelo *habitus* sexuado, tendo como ponto de partida o masculino.

No entanto, as discussões teóricas sobre o assunto, só comprovam a pouca consistência teórica deste debate, a começar pelas estruturas estabelecidas ao longo dos estudos realizados pelos(as) teóricos (as) feministas sobre gênero, pois ora se baseiam na distinção sexual, ora repousam em uma estrutura feminina, e outras na questão de identidade sexual desconsiderando as relações de poder e os aspectos relacionais de oposição que envolvem o tema.

Dessa forma, em “A Dominação Masculina” acrescenta que a violência e *dominação simbólica* permanecem porque se assentam nos *habitus* masculinos e femininos – disposições corporais, emocionais e mentais produzidas pelas estruturas de dominação e reproduzidas inconscientemente por meio dos sistemas simbólico, entre eles, a comunicação, baseada em uma cultura androcêntrica, é preciso repensar como as teorias contemporâneas sobre gênero pode desmistificar e buscar dentro de uma análise relacional, uma nova abordagem incorporando sim, os estudos até agora propostos, mas discutindo-os dentro de uma perspectiva política e de poder, de mudança considerando a diversidade e pluralidade humana.

Diversidade esta que precisa ser repensada não só em termos das relações estabelecidas entre homens e mulheres, mas igualmente, entre mulheres e mulheres e homens e homens, de modo que o tornar-se mulher e tornar-se homem se estrutura a partir das relações de gênero, desnaturalizando e des-historizando as desigualdades estabelecidas.

Mesmo com toda expressividade do movimento feminista, estas não devem deixar-se encerrar apenas em formas de luta política rotuladas de feministas, mas elevar o debate como uma ação política em que se discuta a paridade feminina e masculina, levando em consideração as estruturas incorporadas, tanto entre homens e mulheres,

como nas instituições sociais (família, igreja, Estado), para que em longo prazo consiga em meios às contradições combater a ideia de superioridade ou dominação masculina e para que a mulher e outros grupos subjugados consigam seus espaços nos diversos contextos sociais.

Nesse contexto, a educação desempenha um papel crucial como possibilidade de desconstrução dessas estruturas e preconceitos enraizados pela sociedade patriarcal. Ao promover uma análise crítica e reflexiva sobre as questões de gênero, a educação pode provocar mudanças nas normas estabelecidas e incentivar uma compreensão mais equitativa e inclusiva das relações de poder e promover uma paridade de gênero, necessária para uma transformação social. Pois, oferece ferramentas para questionar e reavaliar os papéis tradicionais de gênero, possibilitando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a diversidade e a pluralidade humanas são valorizadas e respeitadas.

Referências

- BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução: Elementos para uma teoria do ensino*. Tradução de Reynaldo Bairão. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1992.
- BOURDIEU, Pierre; Claude. *Poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4ª edição. São Paulo. Editora: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- HENRIQUES, Ricardo et al. (Org.). *Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Cadernos SECAD. Brasília/DF, 2007.
- LINS, Beatriz A. MACHADO, Bernardo F.; ESCOURA, Michele. *Diferentes não desiguais: a questão de gênero na escola*. 1. ed. São Paulo: Reviravolta, 2016.
- LIMA, Valeria Soares de. *Prática Social dos Jovens Universitários em relação ao corpo, gênero e sexualidade*. Orientadora: BARBO, Teresa Cristina. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC). Goiânia – GO, 2017.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesra de Freitas. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PULEO, Alicia. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. 1. ed. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 13-34.

REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. 2ª edição. São Paulo. Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 2001. (Coleção polêmica).

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, maio/jun./jul./ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

SEVERO, Rafael Adriano de Oliveira. *Gênero e sexualidade: grupos de discussão como possibilidades formativas*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013.

Recebido em março de 2024.

Aprovado em junho de 2024.